

# A dinâmica do enriquecimento paulista no século XIX: das origens à diversificação do capital da família Lacerda Franco

**Gustavo Pereira da Silva**

Professor - Departamento de Economia - Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Endereço: Av. Prefeito Lothário Meissner, 632 - térreo - Jardim Botânico - Curitiba/PR - Brasil  
CEP: 80210-170 – E-mail: [gustavopereira@ufpr.br](mailto:gustavopereira@ufpr.br)

Recebido em 10 de abril de 2013. Aceito em 08 de novembro de 2013.

## Resumo

O texto visa apreender a formação e diversificação da riqueza paulista durante o século XIX. A análise recai sobre os Lacerda Franco, importante família cujos membros principiaram economicamente em atividades de cunho interno (lavoura de mantimentos, criação e comércio de animais, produção de aguardente) nas terras próximas da vila de São Paulo e, posteriormente, migraram para o Oeste Paulista, tornando-se senhores de engenho e cafeicultores. Esse processo de enriquecimento aponta a formação de sociedades agrícolas, casa comissária e exportadora, indústria, banco, diversificando as formas de riqueza dentro do complexo exportador cafeeiro da segunda metade do XIX. O fio condutor do trabalho é a apreensão da dinâmica (movimento) desse processo, materializada, através da documentação da família e de suas empresas – o que diferencia o trabalho das análises correntes apoiadas de forma unívoca em inventários –, de suas estratégias econômicas, nas diferentes atividades que os enriqueceram e nas difusas formas de alocação do capital.

## Palavras-Chave

São Paulo. Família. Enriquecimento. Diversificação, XIX.

## Abstract

The text aims to seize the formation and diversification of São Paulo's wealth during the nineteenth century. The analysis rests on the Lacerda Franco, important family whose members started economically in activities of internal market (farm supplies, animal farming and trade, production of brandy) at lands near the village of São Paulo and later migrated to the Oeste Paulista, becoming planters and farmers. This enrichment process shows the formation of agricultural societies, commissioner and exporter firms, industry, banking, diversifying the forms of wealth within the coffee exporter complex in the second half of the XIX. The focus of the study is to apprehend the dynamic (movement) of this process, materialized through the documentation of the family

---

♦ O autor agradece aos professores Ligia Osorio Silva (orientadora), Flávio Saes, Renato Marcondes, Pedro Tosi e Maria Alice Ribeiro pelas pertinentes observações quando da defesa da tese "Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)" no IE/UNICAMP. O trabalho teve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

and its businesses – what differentiates the work of the current analyzes supported unequivocally in inventories – the economic strategies, in different economic activities that they have enriched and the diffuse forms to invest their earnings.

### Keywords

São Paulo. Family. Enrichment. Diversification, XIX.

### JEL Classification

N96. N86. N76.

## 1. Introdução

A *dinâmica* é a parte da mecânica que estuda os movimentos dos corpos, relacionando-os às formas que os produzem. Similarmente, os processos de desenvolvimento econômico demonstram alternâncias e singularidades. A região de São Paulo exemplifica as diferentes formas de enriquecimento no século XIX, as dinâmicas da acumulação. Da Capitania com grande parte de sua produção agrícola atrelada ao abastecimento das Minas Gerais e Corte, rescaldo de uma inserção econômica que remontava ao século XVIII, à Província exportadora-escravista de açúcar e, por fim, ao Estado que formou um complexo cafeeiro, o paulista recuperará sua vocação que vinha do tempo das bandeiras: o *movimento* (Holanda, 1945, p. 11-12).

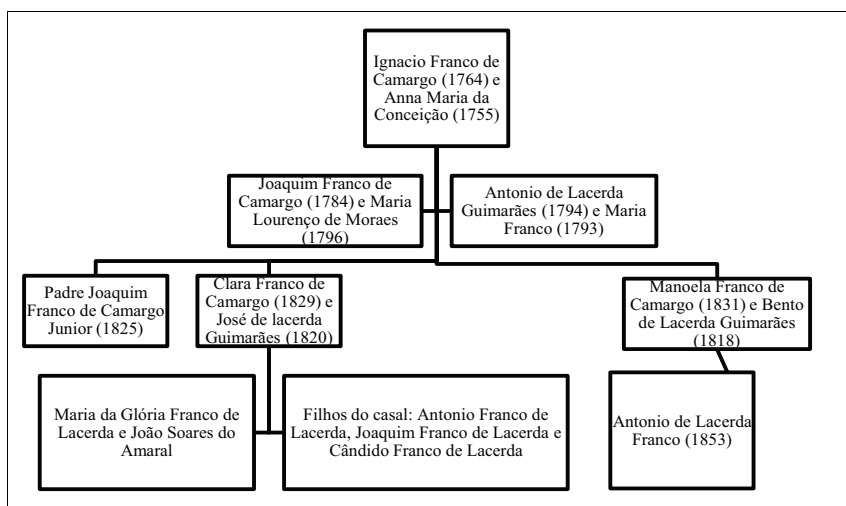
Nossa análise busca compreender os meandros deste movimento explorando sua dinâmica em três níveis: analítico, geográfico e acumulativo. Analiticamente, o estudo busca se diferenciar de outros que se debruçaram sobre as formas de enriquecimento em São Paulo no século XIX, mas que calcaram suas conclusões em inventários, documentação elaborada no ponto final da trajetória do indivíduo e que não explica o movimento de acumulação em sua totalidade.<sup>1</sup> Dessa forma, o trabalho busca percorrer os vários meandros da tra-

<sup>1</sup> Um trabalho que se debruça sobre a acumulação de capital em São Paulo na primeira metade do século XIX é: ARAÚJO, M. L. V. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006. Para a segunda metade do século XIX temos o trabalho de MELLO, Z. M. C. *Metamorfoses da Riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1990. De forma alguma desconsideramos a importância destes trabalhos, mas entendemos que por apoiarem suas conclusões, em grande parte, nos inventários de proprietários paulistas, as obras carecem de maiores esclarecimentos sobre as trajetórias e dinâmicas de acumulação, que é o intento de nosso artigo, apoiado em vasta documentação dos negócios da família Lacerda Franco.

jetória de acumulação de alguns membros da família Lacerda Franco, lastreado em ampla documentação contábil primária das empresas montadas pelos familiares, sem olvidar inventários e outros documentos relevantes.

A importância da dinâmica geográfica vem do deslocamento dos membros da família analisada pelo interior de São Paulo durante o século XIX. Este movimento espelha o aprofundamento da economia paulista no período, com o açúcar e o café levando a fronteira cada vez mais para dentro do Estado em busca de terras férteis, o que gerava oportunidades aos que se embrenhavam nestas paragens, como fica evidente pelo quadro que desenhamos da família Lacerda Franco, saindo das terras próximas à vila de São Paulo e migrando para localidades do Oeste Paulista.

Por fim, o século XIX viu uma dinamização nas próprias formas de acumulação de riqueza. Da lavoura de mantimentos aos engenhos açucareiros, destes aos cafezais, dos escravos às terras, dos animais às ações de empresas, mudaram tanto as formas de geração quanto de alocação dos capitais, em um movimento amplo que desnuda a transição capitalista de São Paulo. Os Lacerda Franco espelham estas dinâmicas de acumulação, pois diferentes maneiras de enriquecimento e investimento podem ser vistas na trajetória de membros da família.



Quadro 1 - Genealogia resumida da família Lacerda Franco

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Maços de População da vila de Atibaia e Jundiá (1785-1842), e da vila de Limeira (1835).

Entendemos que optar pelo estudo de uma família<sup>2</sup> para explicar os amplos movimentos da economia paulista durante o século XIX não é de forma alguma um reducionismo. Os Lacerda Franco, assim como os Prado, Souza Queiroz, Arruda Botelho, Vergueiro, representam grupos familiares que criaram estratégias e açambarcaram as oportunidades no evolver econômico paulista, formando uma elite que se congregava pelo fato de estar presente nos diversos elos desta economia. Compreender suas formas de atuação econômica é desvendar a própria trajetória de ascensão de São Paulo, que se tornou a principal força econômica nacional a partir destes grupos.

## 2. Atibaia e Jundiá (1803-1816): acumulação via mercado interno nas cercanias de São Paulo

No início do século XIX, à vila de São Paulo chegava diariamente feijão, milho, toucinho, aguardente, tecido de algodão, farinha de mandioca e outras mercadorias trazidas das vilas paulistas de Atibaia e Bragança. Tais gêneros somavam 95% do valor total comercializado por estas localidades com outras vilas (Canabrava, 1972, p. 85).<sup>3</sup>

<sup>2</sup> O artigo vai retratar o processo de acumulação de alguns membros da família Lacerda Franco, sendo escolhidos os que saíram de Atibaia e Jundiá, dirigiram-se à vila de Limeira e formaram fazendas nesta localidade e em Araras, onde se situa a Fazenda Montevidéo, que foi propriedade de José de Lacerda Guimarães (o Barão de Arary), local em que foi arrolada grande parte da documentação da família Lacerda Franco e de seus investimentos no século XIX. O trabalho não tem a pretensão de abordar a trajetória econômica de toda a família, tendo nossa escolha pelos indivíduos demonstrados na genealogia resumida se pautado nas ligações estreitas entre estes familiares e a existência de documentos que comprovam suas ações econômicas. Sobre a genealogia ampliada da família Lacerda Franco ver SILVA, G. P. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Campinas, SP: UNICAMP, Instituto de Economia, 2011, tese de doutorado.

<sup>3</sup> Havia uma simbiose entre lavoura açucareira e a cultura de mantimentos que pode ser demonstrada pelos seguintes números: o milho era a cultura mais produzida na província de São Paulo em 1836, e do Oeste Paulista, principal região açucareira, eram oriundos 45,8% do cereal (Luna; Klein, 2005, p. 112-123).

**Tabela 1 - Atividades agrícolas, produtos, maior plantel de cativos e cargos militares dos membros da família Franco de Camargo-Lacerda Guimarães nas vilas de Atibaia e Jundiá (1803-1842)**

NOMES	ATIVIDADE	PRODUTOS	MAIOR PLANTEL (ANO)	PATENTE MILITAR E OUTROS CARGOS
1 - Chrispim da Silva Franco	lavrador com tropa	milho, capados, feijão, arroz, algodão	13 escravos (1810)	capitão de ordenanças
2 - Ignacio Franco de Camargo	lavrador com engenho e tropa	milho, capados, feijão, aguardente, bois, éguas, toucinho, bestas	23 escravos (1824)	soldado da cavalaria/capitão de ordenanças
3 - Joaquim Franco de Camargo	Negociante de animais e lavrador	milho, feijão, tropa solta	4 escravos (1816)	sargento de milícias
4 - Antonio de Lacerda Guimarães	Lavrador	milho, feijão, capados, arroz, algodão, capados, gado, bestas	16 escravos (1836)	soldado auxiliar/juiz de paz

Fonte: Maços de População das vilas de Atibaia e Jundiá (MP ATIBAIA e MP JUNDIAÍ, 1803-1842).

Pela Tabela 1 percebemos que a atuação econômica destes membros da família Lacerda Franco<sup>4</sup> – os três primeiros listados na vila de Atibaia, e Antonio na vila de Jundiá – deu-se prioritariamente em atividades voltadas ao mercado interno. A produção de mantimentos (milho, feijão, arroz, porcos) visava o abastecimento do mercado paulistano. A criação e o comércio de animais (bois, éguas e bestas) tinha nas próprias regiões açucareiras em expansão, sobretudo no Oeste Paulista, a maior parte de sua demanda, complementada pelo Rio de Janeiro (Suprinyak; Restitutti, 2006, p. 3). Inclusive a produção de aguardente, que denota a posse de engenho, tinha no mercado interno seu principal destino, como verificado em 1836-1837, quando a exportação de aguardente representou somente 1,02% das mercadorias saídas pelo porto de Santos, sendo o açúcar a ocupar o posto

<sup>4</sup> Na vila de Atibaia, mais exatamente no ano de 1803, deu-se a constituição da família Lacerda Franco. Esta nova família surgiu da união de duas anteriores: os Franco de Camargo com os Lacerda Guimarães. A união se deu pelo matrimônio de Ignacio Franco de Camargo com Anna Maria da Conceição. Ele era filho de Chrispim da Silva Franco, um dos capitães de ordenanças atibaïense e grande proprietário rural escravista. Por sua vez, ela era viúva de Francisco Corrêa de Lacerda. Dentre os 10 filhos do novo casal – 7 da parte de Ignacio e 3 de Anna Maria – nossa atenção vai recair sobre o enteado Antonio de Lacerda Guimarães (filho de Anna com seu esposo Francisco Corrêa) e Maria Franco (filha de Ignacio com sua primeira esposa Gertrudes Pires), pois em 1813, na mesma vila, eles se casaram, matrimônio que serviu para cimentar a formação da nova família. O outro filho que haverá de ter sua trajetória destacada será Joaquim Franco de Camargo, figura responsável por iniciar a migração dos Lacerda Franco pelo Oeste Paulista (filho de Ignacio com Gertrudes Pires). Outros familiares serão analisados, mas as relações de parentesco serão colocadas de acordo com a participação nos empreendimentos da família (MP ATIBAIA, 1803-1818).

de principal gênero de exportação colonial, e também paulista, condição mantida em São Paulo até o final da década de 1840, quando foi sobrepujado pelo café (Luna; Klein, 2010, p. 107).<sup>5</sup>

Em vilas antigas, como Atibaia e Jundiáí, que surgiram respectivamente em 1665 e 1769, a colonização pretérita legara no século XIX, um quadro marcado pela baixa disponibilidade de terras livres, agravado pelas técnicas agrícolas extensivas, ademais, havia falta até mesmo de lenha para os engenhos. No caso dos Lacerda Franco, a concorrência aumentava ainda mais, em virtude dos dez filhos do casal Ignacio e Anna Maria. A alternativa seria embrenhar-se na fronteira, buscando mais ao interior de São Paulo as oportunidades que escasseavam nas proximidades da capital (Bacellar, 1991, p. 40).

### 3. Mogi-Mirim e Limeira (1818-1847): a formação da riqueza no “Quadrilátero do Açúcar”

Os lucros gerados pelos serviços de transporte e a cultura de mantimentos foram atividades que proporcionaram um autofinanciamento para a formação das propriedades açucareiras paulistas, caracterizadas pela menor estrutura e custo reduzido dos engenhos – quando comparados, por exemplo, às moendas nordestinas – o que demandava menos cativos para seu funcionamento (Petrone, 2010, p. 142).<sup>6</sup>

Como demonstra a Tabela 1, Joaquim Franco de Camargo era o membro da família Lacerda Franco que se dedicava de forma mais explícita aos serviços de transporte, constando como *negociante de animais*. Grande parte do trabalho das tropas vinha da demanda exercida pelo transporte dos gêneros agrícolas produzidos no interior, e que tinham que ser levados até Santos a fim de serem exportados. Na primeira metade do século XIX, o açúcar era o principal produto de exportação paulista e do “*quadrilátero do açúcar*” – área geográfica constituída pelas vilas de Jundiáí, Mogi Mirim, Piracicaba e

<sup>5</sup> Em 1836, o açúcar estava no topo das exportações efetuadas pelo porto de Santos e 96,8% desta produção vinha das fazendas do Oeste Paulista (Luna; Klein, 2005, p. 113).

<sup>6</sup> Os plantéis de cativos dos engenhos paulistas contavam em média com 22 escravos em 1809, número que se elevou a 30 para o ano de 1829. No entanto, distavam muito, por exemplo, dos plantéis encontrados nas fazendas dos beneditinos em Pernambuco, entre 1783 e 1793, que variavam de 105 a 138 cativos, ou até mesmo da situação vista na Bahia em 1816-1817, onde os engenhos de cana utilizavam uma média de 66 cativos (Eisenberg, 1989, p. 344).

Sorocaba – saíam quase 97% do açúcar paulista,<sup>7</sup> fomentando o afluxo de vários tropeiros para estas localidades (Petrone, 2010, p. 139).

Mogi Mirim, que se tornou vila em 1769, possuía terras férteis e propícias à cultura canavieira, lavoura cujos primórdios locais remontavam ao final do século XVIII, e que atraíram diversos migrantes no desejo do enriquecimento.<sup>8</sup> Nesta vila, no ano de 1818, dentre os recém-chegados habitantes constava o nome de Joaquim Franco de Camargo. Dois anos depois, ele, que teria 29 anos de idade e casado com Maria Lourença de Moraes (27 anos), com quem tinha 4 filhos, constava como morador da mesma vila e senhor de engenho, detentor de 17 escravos – em 1818, ele tinha apenas 12 cativos – que lhe permitiram produzir 500 arrobas de açúcar, além de vender 60 porcos na vila (MP MOGI MIRIM, 1818-1820).

A descrição acima aponta que o tropeiro Joaquim encontrou no quadrilátero do açúcar a oportunidade de galgar postos na sociedade paulista, tornando-se proprietário de terras e escravos, ou seja, afazendando-se. Na economia mercantil-escravista açucareira,<sup>9</sup> assim como seria visto com o café, a disponibilidade de terras era fundamental no que tangia à produtividade, pois as técnicas agrícolas rudimentares encurtavam a vida útil dos terrenos, induzindo os proprietários à acumulação fundiária, em terras que no futuro seriam cultivadas e, concomitantemente, levando-os a um movimento migratório pelo interior em busca de novas áreas (LUNA; KLEIN, 2010, p. 107). Era na fronteira, ou *zona pioneira*, que se encontrava uma maior oferta de novas e produtivas terras, solos que atraíam diversos migrantes em busca de riqueza e enobrecimento na sociedade paulista do século XIX, caracterizado pelo *ser proprietário* de terras e escravos (MONBEIG, 1984, p. 93).

Para viabilizar o transporte de uma produção que se interiorizava antes da chegada das ferrovias, a serem organizadas somente a partir de 1867, os caminhos e estradas, em que transitavam muares, equinos e bovinos, eram vitais para o fluxo econômico das localidades, pois permitiam o escoamento da produção e a chegada das mercadorias vindas de Santos. Alguns destes caminhos redundaram na formação

<sup>7</sup> (Luna; Klein, 2005, p. 113).

<sup>8</sup> O desenvolvimento da cultura açucareira na vila de Mogi Mirim se daria, sobretudo, a partir de 1836, sendo que, em 1854, de Mogi Mirim saíria mais de um quarto de todo o açúcar paulista (Petrone, 1968, p. 50).

<sup>9</sup> (Mello, 2009, p. 45).

de novas vilas (Petroni, 1968, p. 187).<sup>10</sup> A localidade paulista de Limeira, situada no Oeste Paulista, foi uma destas vilas que surgiu em função do fluxo de tropeiros e viajantes que passavam pela estrada do Morro Azul a Campinas, a utilizarem o Rancho da Limeira como ponto de pouso.<sup>11</sup>

Os primeiros habitantes da freguesia de Limeira eram originários de Piracicaba, Campinas, Mogi-Mirim, Bragança, Jundiá e Atibaia (Busch, 1967, p. 97-102). Em meio a eles estava Joaquim Franco de Camargo, que iniciara sua trajetória econômica como tropeiro na vila de Atibaia, tornara-se senhor de engenho em Mogi Mirim e teria papel de destaque na formação da futura vila **de Limeira**, localidade em que ele conjugaria a ascensão econômica à inserção nos cargos militares e administrativos.<sup>12</sup>

Ele teria chegado à Limeira em 1828. No ano de 1835, Joaquim vivia com sua esposa Maria Lourença de Moraes, agora com 12 filhos.<sup>13</sup> Era classificado como senhor de engenho e proprietário de 37 escravos que produziram 1.400 arrobas de açúcar – quase o triplo do que produzira em Mogi Mirim – 50 canadas de aguardente, 100 arrobas de café, 700 alqueires de milho, além de arroz e feijão. Estas produções lhe proporcionaram um rendimento de 2 contos de réis naquele ano (MP LIMEIRA, 1835).<sup>14</sup>

<sup>10</sup> Até 1799, no Oeste Paulista se contabilizavam 5 vilas. Mas, com o forte desenvolvimento da cultura açucareira na região, na primeira metade do século XIX surgiram outras 9 (Marcílio, 2000, p. 144).

<sup>11</sup> No ano de 1826, foi construída a capela de Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi, considerado o marco inicial do povoamento de Limeira; em 1830, foi constituída a freguesia de Tatuíbi – com forte pressão no governo provincial exercida pelo senador Vergueiro – pertencente a vila de Constituição (Piracicaba); e, em 1842, foi constituída a vila da Limeira, a partir do desmembramento de terras pertencentes à vila de Constituição (Busch, 1967, p. 69).

<sup>12</sup> A ascensão nos quadros militares do Reino estava ligada à experiência militar obtida em campanhas bélicas ou cargos menores, mas também à abundância de bens do indivíduo e, no caso da metrópole, à hereditariedade (Costa, 2007b, [s.n.]).

<sup>13</sup> Os Maços de População da vila de Limeira, documentos que poderiam retratar de forma pormenorizada a evolução econômica de Joaquim Franco de Camargo naquela localidade, encontram-se incompletos no Arquivo Público do Estado de São Paulo e, pelo fato da localidade ser mais recente, em menor número quando comparados aos de Atibaia e Jundiá, além destes últimos se encontrarem mais legíveis. Esta condicionalidade nos impede de abordar todo o evoluir de Joaquim como proprietário rural, entre 1830-1861, na vila de Limeira. Todavia, pensamos que nossa análise de seu enriquecimento não é invalidada, pois, tentamos cobrir estas lacunas com outras fontes documentais, por exemplo, com o Registro de Terras de 1854-1855 das vilas de Limeira e Rio Claro.

<sup>14</sup> O valor de dois contos de réis era suficiente, por exemplo, para comprar 10 escravos em Minas Gerais por volta de 1830 (NOGUEROL, 2003).



Como importante produtor de açúcar e dono de escravaria,<sup>15</sup> Joaquim se inseriu no grupo dos proprietários que passaram a ter o mando político-econômico de Limeira, na transição da freguesia à vila. Ele participou da comissão que demarcou as divisas de Limeira com as vilas vizinhas. Em 1833, o nome de Joaquim Franco de Camargo constou na lista dos Guardas Nacionais limeirenses. Entre 1842 e 1856, ele foi o subdelegado de polícia da localidade, sendo que em 1859, apareceu como um dos que subscreveram capitais para a construção do prédio que abrigaria a cadeia, o Fórum e a Câmara Municipal. Por último, mas não menos importante, ele foi eleito vereador no ano de 1857 (Busch, 1967, p. 122-133, p. 170-208).

O sucesso político era expressão da ascensão econômica e, ao mesmo tempo, ampliava as possibilidades de manutenção e crescimento da riqueza. Nestas novas localidades paulistas, neófitos proprietários souberam açambarcar os espaços políticos e econômicos, a fim de reforçarem suas posições dominantes na seara local. Corrobora esta hipótese a trajetória de Joaquim Franco de Camargo que, em 1854, já conhecido como Alferes Franco,<sup>16</sup> possuía 4 propriedades rurais: duas na vila de Limeira e duas na vizinha vila de Rio Claro. Na última localidade, ele era dono da fazenda das Araras<sup>17</sup> (1.012,5 alqueires com estabelecimento de cana de açúcar e cafezais, além de 2 casas de morada e pastagens) e do sítio Confim<sup>18</sup> (com casas de morada e pastagens) (REGISTRO TERRAS RIO CLARO, 1855). Já, na vila de Limeira, ele era proprietário da fazenda do Morro Azul<sup>19</sup> (área total de 2.025 alqueires com cafezais, fábricas de beneficiar café, engenho de açúcar, casas de morada e pastagens) e da fazenda

<sup>15</sup> A média de escravos na Província de São Paulo no ano de 1829 era de 31 escravos por engenho, enquanto que a média do Oeste Paulista, que concentrava aproximadamente 80% dos engenhos, era de 32 cativos por unidade. Dessa forma, entendemos que os 37 escravos de Joaquim Franco de Camargo, no ano de 1835, colocavam-no entre os grandes proprietários paulistas (LUNA; KLEIN, 2010, p. 103).

<sup>16</sup> Segundo Taunay (1939, tomo VI, p. 53), na metade do século XIX, quando o Barão de Von Tschudi, que esteve no Brasil entre 1857 e 1859, e depois entre 1860 e 1868, visitava a vila de Limeira, ele conversou com o *tão conhecido Alferes Franco*, de prestigiosos apelidos naquela região do Oeste Paulista.

<sup>17</sup> As terras que compunham a Fazenda das Araras eram originárias da sesmaria de Alexandre de Góes Maciel e dele compradas por Joaquim Franco de Camargo, operação registrada no cartório da vila de Rio Claro (REGISTRO TERRAS RIO CLARO, 1855).

<sup>18</sup> O Sítio Confim é resultado da compra de terras que Joaquim Franco de Camargo fez do casal José de Siqueira Lima e Ambrozina Celestina de Camargo (REGISTRO TERRAS RIO CLARO, 1855).

<sup>19</sup> A Fazenda do Morro Azul resultou da compra das terras que formavam a sesmaria de Ignacio de Barcellos Leite, cuja escritura foi lavrada no cartório da vila de Mogi Mirim (REGISTRO TERRAS LIMEIRA, 1855).

Montevideó<sup>20</sup> (3.600 alqueires com plantação de café) (REGISTRO TERRAS LIMEIRA, 1855).<sup>21</sup> Ademais, a fazenda do Morro Azul, na vila de Limeira, abrigava uma das 23 colônias paulistas de trabalhadores assalariados, a Colônia Morro Azul contando com indivíduos nacionais e estrangeiros (Silveira, 2007, p. 159).

No interregno entre o início e a metade do século XIX, a acumulação econômica dos Lacerda Franco, que se deu em atividades de cunho interno (aguardente, criação e comércio de animais, e cultura de mantimentos), foi transfigurada em propriedades escravistas açucareiras. Esta mutação se deu através do deslocamento da família na Província de São Paulo, deixando a área próxima à capital e adentrando ao Quadrilátero do Açúcar, na região que seria conhecida por Oeste Paulista, a principal produtora de açúcar na Província, que configurou-se como uma zona voltada à agricultura de exportação.

#### **4. Oeste Paulista (1847-1870): família e capitalização na economia cafeeira**

O pico da exportação de açúcar pelo Porto de Santos deu-se no ano de 1847. Todavia, menos de dez anos após o auge açucareiro, foram exportadas 773.892 arrobas de café em 1854-1855, frente a apenas 184.049 arrobas de açúcar, levando a uma mudança: o quadrilátero do açúcar se transformou no Oeste Paulista cafeeiro.<sup>22</sup> Em São Paulo, esta passagem das lavouras açucareiras ao café na metade do XIX deu-se com a expertise e os capitais acumulados no cultivo da cana (Petrone, 2010, p. 148-154).

<sup>20</sup> A Fazenda Montevideó resultou da compra de terras que antes pertenciam a Rafael da Silva Franco, transação registrada no cartório de Mogi Mirim (REGISTRO TERRAS LIMEIRA, 1855).

<sup>21</sup> Na classificação estabelecida por Milliet, as grandes propriedades cafeeiras em São Paulo teriam até 500 alqueires e as que excedessem esta área ele as classificava como latifúndios (MILLIET, 1982, p. 70). Sendo assim, as propriedades de Joaquim Franco de Camargo poderiam ser consideradas latifúndios cafeeiros.

<sup>22</sup> Na década de 1830, o Brasil alcançara o posto de maior produtor mundial de café superando Cuba e Haiti (Marquese; Tomich, 2009, p. 356). A demanda mundial pelo café brasileiro era constante e crescente, sendo que no ano de 1823, o país exportou 13,56 milhares de toneladas métricas, número que chegou a 586,26 milhares de toneladas métricas exportadas em 1899 (Samper; Fernando, 2003, p. 432-433). O café foi o principal item da pauta exportadora do Brasil de 1830 até metade do século XX.

O lado paulista do Vale do Paraíba era a principal zona produtora de café da província na metade do século XIX. Por sua vez, o Oeste Paulista representava a fronteira agrícola provincial, reservando desafios aos que nele se embrenhavam e, também, oportunidades de ganho econômico.<sup>23</sup> Dois destes indivíduos que adentraram à fronteira foram os irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães, moradores da vila de Jundiá que, percorrendo uma distância de aproximadamente 100 quilômetros, casaram-se no dia 11 de dezembro de 1847, na vila de Limeira, com suas primas Manoela de Cássia e Clara Miquelina Franco de Camargo, respectivamente, filhas de Joaquim Franco de Camargo – que por sua vez, era tio de seus novos genros. Nestes matrimônios transparece dois elementos-chaves do direcionamento da riqueza pelas famílias paulistas no século XIX: endogamia<sup>24</sup> e dote.<sup>25</sup> Com o enlace, Bento e José receberam dotes constituídos por propriedades agrícolas: o primeiro passou a controlar fazenda das Araras na vila de Rio Claro; enquanto ao seu irmão José coube a administração da fazenda Montevideó (Cressoni, 2007, P. 45; Matthiesen, 2010, p. 25).

Atuando naquela que viria a ser principal região cafeicultora do Brasil, os irmãos Lacerda Guimarães deram um novo rumo à condução dos negócios da família. Eles se valeram de uma estratégia para consolidar a posição na elite paulista: a *capitalização familiar* e o *associativismo*, ou seja, a formação de sociedades entre os Lacerda Franco, contando, para tanto, exclusivamente com o capital acumulado pelos parentes. Este associativismo se evidenciou logo no início da vida limeirense dos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães, pois, ainda em 1847, constituíram a sociedade agrícola Lacerda & Irmão, que contava com as terras de seus pais na freguesia paulista de Belém de Jundiá (fazenda Bocaina) e as terras legadas pelo sogro na vila

<sup>23</sup> Em 1886, a produção do Vale do Paraíba recuou para menos de 20% do café produzido em São Paulo, ao passo que das fazendas do Oeste Paulista saiu quase 75% do café da província (Milliet, 1982, p. 22).

<sup>24</sup> A endogamia exercia papel-chave na seleção dos cônjuges na sociedade colonial paulista, uma vez que era fundamental garantir que os herdeiros só se unissem a outrem do mesmo nível social, pois como afirma Campos (2003, p. 152) “A escolha do cônjuge dentro do mesmo grupo deve ser vista como uma manifestação do sistema social, buscando coerência entre as tensões que nele se produziam”.

<sup>25</sup> Em que pese não haver uma regulamentação, o dote era geralmente composto por: escravos, terras, mobílias, moeda corrente, ou seja, os pertences de valor das famílias de elite. Os grandes senhores, sem maiores preocupações em dividir igualmente os valores cedidos no dote aos seus filhos, destacavam-se, em alguns casos, pela cessão de propriedades inteiras no dote. Por outro lado, além da riqueza do proprietário permanecer em família, este genro poderia administrar a nova propriedade, pois o grande fazendeiro permanecia na propriedade original (Bacellar, 1997, p. 125-146).

de Limeira (fazenda Montevidéo). A sociedade, que permaneceu até 1865, tinha como finalidade a produção e venda de café, para tanto, o sócio Bento entrou com 8 escravos, enquanto seu irmão e sócio José entrou com outros 6, totalizando 14 cativos. (CONTRATO LACERDA & IRMÃO, 1855 *apud* Almeida, 1948, p. 23-24).<sup>26</sup>

Na década de 1860, com o café se expandindo no Oeste Paulista junto à demanda por capitais ao plantio e manutenção dos cafeeiros, o associativismo dos Lacerda Franco foi impulsionado pela partilha do cabedal familiar. Este capital acumulado, em grande parte, na primeira metade do século XIX, no momento em que algum familiar fenecia, era redistribuído entre os herdeiros na forma de legítimas paternas ou maternas, possibilitando a capitalização destes indivíduos.

**Tabela 2 - Membros da família Lacerda Franco que morreram entre 1850-1864, suas relações de parentesco com os irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães e os valores (em réis) legados aos herdeiros.**

Familiares	ANO	LOCAL	MONTE MOR	LEGÍTIMA	Nº de herdeiros	Terras e escravos
ANTONIO DE LACERDA GUIMARÃES (pai)	1850	Jundiaí (SP)	34:138\$436	3:131\$843	5	1 propr. em Jundiaí e 19 escravos
MARIA FRANCO (mãe)	1861	Jundiaí (SP)	65:059\$000	11:501\$800	5	1 propr. em Jundiaí e 22 escravos
JOAQUIM FRANCO DE CAMARGO (sogro)	1861	Limeira (SP)	990:447\$327	27:000\$000	18	5 propr. em Limeira, 2 propr. em Rio Claro e 182 escravos
CLARA MIQUELINA (esposa de José de Lacerda Guimarães)	1864	Limeira (SP)	202:333\$298	11:240\$738	9	1 propr. em Limeira, 1 propr. em São Carlos (SP) e 55 escravos

Fonte: Inventário de Antonio de Lacerda Guimarães (Jundiaí, 1853); Inventário de Dona Maria Franco (Jundiaí, 1861); (Cressoni, 2007, P. 45; Matthiesen, 2010, P. 25; Almeida, 1948, p. 21-22); Inventário de Clara Miquelina de Jesus (1864) *apud* Maluf (2005, p. 158-159).

\*Propr. = propriedade agrícola

A redistribuição da riqueza permitia aos membros mais jovens adentrar ao mundo do café em posição privilegiada, ora munidos do cabedal familiar. Como demonstra a Tabela 2, o aporte de capital recebido pelos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães, sem olvidar os demais herdeiros, foi substancial. O montante, aglutinado

<sup>26</sup> A formação de sociedades agrícolas buscava ampliar o acesso ao crédito, melhorar a produtividade das lavouras com ganhos de escala e ter maior volume de café em mãos para obter posição de vantagem no momento da venda do produto (Tosi; Faleiros; Fontanari, 2011, p. 408).

em unidades agrícolas e escravos, chegou a quase 50 contos de réis entre 1861-1864.

Este mecanismo de financiamento se constituía como uma alternativa a escassez de bancos na província de São Paulo, que na década de 1870 contava com apenas três casas bancárias. Ademais, como Marcondes<sup>27</sup> demonstra, nas cidades cafeeiras de Guaratinguetá e Lorena, no Vale do Paraíba, as taxas de juros cobradas pelos empréstimos eram na média de 12% ao ano – créditos concedidos por bancos, comissários e capitalistas locais – e os empréstimos obtidos pelos cafeicultores giravam em torno de 11 contos de réis, valor que bastava para que as unidades cafeeiras do Vale adquirissem novos fatores de produção – o preço médio de um escravo em Guaratinguetá, no ano de 1866, era de 1,5 contos de réis – mas que, na zona pioneira do Oeste Paulista, ficaria aquém do necessário para a formação de um expressivo cafezal.<sup>28</sup>

A Lacerda & Irmão foi a primeira materialização do traço característico dos investimentos a serem empreendidos pelos Lacerda Franco: o associativismo. Para abastadas famílias paulistas, em um contexto de surgimento dos bancos, que viriam a formar um sistema bancário paulista não antes da década de 1880, formar sociedades e empresas passava muito mais por uma questão de rearranjo da riqueza e associação de capitais familiares do que pela busca do crédito institucional.

## **5. O complexo exportador cafeeiro paulista (1870-1897): a diversificação do capital dos Lacerda Franco**

A consolidação do Oeste Paulista como principal zona produtora de café passou pela conjunção de diversos fatores: a disponibilidade de terras férteis no interior de São Paulo, com boa topografia e elevada produtividade inicial, o que possibilitava a expansão da fronteira do café de forma incessante; a implementação

<sup>27</sup> (MARCONDES, 2002, p. 154-159).

<sup>28</sup> Dean (1977, p. 47) demonstra, em seu estudo sobre a lavoura canavieira e cafeeira no município paulista de Rio Claro, que por volta de 1850, o custo total de conversão de uma fazenda do açúcar para o café (100.000 pés de café) era de 50 contos de réis divididos em: terra necessária ao plantio de 100.000 cafeeiros (Rs. 4:350\$000); custo de plantio e tratamento dos cafeeiros até a maturidade durante 4 anos (Rs. 35:450\$000); terreiros de secagem e máquina de beneficiamento (Rs. 10:000\$000); juros de 15% ao ano sobre o custo da terra e das melhorias.

das ferrovias<sup>29</sup> entre 1867-1875; a adoção do trabalho assalariado, em grande parte com a vinda do imigrante europeu, como complemento à escassez e altos preços dos escravos após o fim do tráfico em 1850; e os aprimoramentos produtivos como a máquina de beneficiamento de café, que foram adquiridas no intuito de racionalizar a produção e diminuir a dependência da mão de obra. Por tudo isso, a produção cafeeira paulista dobrou entre 1876-1883 (Cano, 1981, p. 31-35; Costa, 2007a, p. 318-326).

Tamanha evolução do plantio cafeeiro em São Paulo demandou a superação de vários obstáculos que, à medida que eram superados, tornavam-se oportunidades para indivíduos empreendedores. Financiamento da lavoura, abastecimento das fazendas e de seus trabalhadores, escoamento da produção no mercado interno e externo, serviços públicos nos centros urbanos que cresciam junto à expansão do café – principalmente a cidade de São Paulo – foram atividades que nasceram atreladas aos bons resultados da lavoura cafeeira, converteram-se em opções de investimento e, posteriormente, haveriam de se consolidar como importantes ramos da economia paulista. A partir da década de 1870, as ferrovias, bancos, casas comissárias, comércio de importação e exportação, empresas de serviços públicos e indústrias formaram o *complexo econômico cafeeiro paulista*, que tinha no centro a produção cafeeira, eixo que se interligava às atividades supracitadas (Cano, 1981, p. 17-22). Este complexo econômico era comandado pelos representantes do *grande capital cafeeiro*, indivíduos que, concomitantemente, promoviam, articulavam e comandavam os diversos ramos do complexo, além de, em muitos casos, terem participação na esfera política (Silva, 1995, p. 54; Perissinotto, 1994, p. 49).

### 5.1. *A casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.: os Lacerda Franco no controle do comércio de café*

A economia cafeeira engendrou um circuito de produção e comercialização do café no século XIX cujos agentes eram os seguintes: fazen-

<sup>29</sup> Anteriormente, o transporte do café era feito no lombo de mulas e por escravos – o que ocupava cerca de um terço da escravaria das fazendas – e, por exemplo, os fretes do café saído de Rio Claro a Santos representavam aproximadamente metade de seu preço de exportação (Luna; Klein, 2010, p. 109). Com as ferrovias houve uma queda de aproximadamente 20% nos custos de transporte (Cano, 1981, p. 34; Saes, 2002, p. 182).

deiro, comissário e exportador.<sup>30</sup> As casas comissárias, responsáveis pela irrigação creditícia do mundo agrícola paulista, situavam-se na cidade paulista de Santos, em virtude da negociação do café com os exportadores.<sup>31</sup>

A relação entre as casas comissárias e os produtores era regulada pelo *sistema de contas correntes*: o fazendeiro abria uma conta corrente na casa comissária em que, no lado dos *débitos (deve)*, constavam todos os compromissos financeiros saldados pela casa em seu nome: empréstimos junto a bancos, entrega de sacos para acondicionar o café, alimentos e materiais para a fazenda, compra de ações de empresas, remessas de dinheiro para ele ou terceiros. Já no lado do *crédito (haver)* constavam os valores a receber: os pagamentos da casa pelo café remetido, os dividendos das ações de empresas e a quitação de empréstimos anteriormente concedidos. Ao final do ano cafeeiro, que se dava em 30 de junho, era apurado o saldo da conta corrente que, caso demonstrasse resultado positivo, podia ser sacado ou mantido na casa rendendo juros de 6% ao ano; mas, se o resultado fosse negativo, a casa cobrava do fazendeiro juros de 12% ao ano sobre o valor devido (CONTAS CORRENTES JLG, Santos, 1883-1893).

Dentre as principais casas comissárias paulistas na década de 1880 constava a firma J. F. de Lacerda & Cia., empresa situada na cidade de Santos (Rua do Santo Antonio, número 50) e com uma representação na capital do Império,<sup>32</sup> cujas atividades – compra e venda de café nas praças de Santos e Rio de Janeiro e exportação por conta própria ou de terceiros – teriam se iniciado ainda no decênio anterior.<sup>33</sup> A casa era um empreendimento essencialmente familiar,

<sup>30</sup> De modo geral, o fazendeiro enviava seu café ao comissário que cobrava uma comissão de 3% para vender o café aos exportadores. Os exportadores compravam o café já ensacado e pagavam os comissários em 30 dias (Cano, 1981, p. 71).

<sup>31</sup> No Oeste Paulista, a maior inserção do comissário no mundo do fazendeiro (produção) se deu a partir de 1850, quando, necessitando de aportes de capital para constituir novos cafezais em terras virgens, os produtores se valeram dos recursos fornecidos pelos comissários como complemento aos capitais próprios (Pereira, 1980, p. 85).

<sup>32</sup> Na capital do Império, a J. F. de Lacerda & Cia. situava-se na rua da Alfândega, nº 15 (ANUÁRIO LAEMMERT, 1889, p. 767). Segundo Moraes (1988, p. 45) “[...] era necessário, por motivo de técnica financeira, ter uma representação própria na capital do país em vista da crescente influência da política sobre o comércio. Além disso [...] era preciso fechar as cambiais para importação e exportação naquela cidade”.

<sup>33</sup> Moraes (1988, p. 65) pontua que na década de 1870, a Vergueiro & Cia. e a J. F. de Lacerda & Cia. eram as principais casas comissárias de Santos. Tomamos o ano de 1877 como o de início das atividades da J. F. de Lacerda & Cia. baseado no seguinte documento: ESCRITURA DE DISTRACTO QUE FAZEM MANOEL ALVES FERREIRA DA SILVA & CIA E J. F. DE LACERDA & COMPANHIA. Livro de Notas do 1º tabelião de Santos, nº 15, fl. 95 *apud* PEREIRA (1980, p. 230-231).

formada com capital de 600 contos de réis vindo dos próprios membros da família Lacerda Franco.<sup>34</sup> No ano de 1884, a J. F. de Lacerda & Cia. tinha como sócios solidários Joaquim Franco de Lacerda e Antonio de Lacerda Franco (residentes em Santos), que eram os gerentes da casa; e os sócios comanditários eram José de Lacerda Guimarães, Joaquim Franco de Camargo Junior e João Soares do Amaral (residentes na cidade paulista de Araras) (CONTRATO SOCIAL J. F. de LACERDA & CIA., 1884).

Ademais, a J. F. de Lacerda & Cia. era, além de casa comissária, firma exportadora, com uma filial na cidade portuária francesa de Le Havre, montada em 1884 com um capital social de 1 milhão de francos em uma localização que se justificava pelo fato de a França ser o principal destino do café saído de Santos,<sup>35</sup> além de possuir uma Bolsa do Café (LACERDA & CIA., 1884).

**Tabela 3 - Exportadores de café pelo Porto de Santos durante o ano financeiro 1885-1886 – valores do café em sacas de 60 kg**

CASA EXPORTADORA	SACAS CAFÉ
1 - J. F. de Lacerda & Cia. (Brasil)	225.468
2 - Zerrenner Bülow & C. (Alemanha)	204.395
3 - Holworthy & Ellis (Inglaterra)	119.983
4 - Hard Hand & C. (Estados Unidos)	118.526
5 - John Bradshaw & C. (Estados Unidos)	114.027
6 - John Ford & C. (Estados Unidos)	100.787
7 - Felix Sawen (França)	91.900
8 - Arbuckle Brothers (Estados Unidos)	77.473
9 - A. Trommel & C. (Alemanha)	76.853
10 - Berla Cotrim & C. (Alemanha)	75.268
11 - Augusto Leuba & C. (França)	73.191
12 - Theodor Wille & C. (Alemanha)	71.710
13 - Outros (16 casas exportadoras)	307.595
<b>TOTAL</b>	<b>1.657.176</b>

Fonte: Relatório ACS (1886, Anexo 13).

<sup>34</sup> O capital de 600 contos arrolado pelos Lacerda Franco para criar sua casa comissária é condizente com a quantia que foi integralizada para formar sua congênere, a Prado Chaves & Cia. em 1887, que se tornaria a principal casa comissária e exportadora do Brasil na primeira década do século XX e que teria sido constituída com um capital de 500 contos de réis (Marcovitch, 2009, p. 47).

<sup>35</sup> Do café exportado por Santos no segundo semestre de 1886, para a França seguiram 328.779 arrobas, vindo logo atrás a Alemanha com 314.163 arrobas e em terceiro os Estados Unidos com 231.913 arrobas (RELATÓRIO ACS, 1886, p. 56).



Pela tabela acima, evidencia-se o predomínio estrangeiro no controle das exportações de café através de Santos.<sup>36</sup> Todavia, a liderança da J. F. de Lacerda & Cia., a firma dos Lacerda Franco, passava por alguns fatores. Inicialmente, o *associativismo*, a maneira encontrada para formar a empresa, através da agregação de capitais familiares, que se expressa também na manutenção da sociedade entre parentes – sem abrir o capital societário. Segundo, a *integração vertical no complexo cafeeiro*, uma vez que os Lacerda Franco, assim como os Prado, principiaram seus negócios cafeeiros com a formação de uma robusta base produtiva, tendo grandes unidades cafeeicultoras familiares na cidade de Araras, Limeira e São Carlos,<sup>37</sup> por volta de 1850-1870, para, posteriormente, adentrar ao mundo da comercialização de café, auferindo expressivos lucros pela exportação do produto de seus cafezais e de terceiros.

Ademais, a *base dos negócios no Oeste Paulista*, especificamente na região que englobava as vilas de Campinas,<sup>38</sup> Araras,<sup>39</sup> Limeira, Rio Claro e São Carlos, área responsável por 52,69% do café paulis-

<sup>36</sup> De fato, as casas estrangeiras tinham um domínio na exportação do café que se manteve nas décadas de 1890 e 1900. Contemplando o período 1895-1907, vemos que há uma concentração neste ramo, pois 70% do café foi exportado pelas dez maiores firmas, sendo que só uma delas era brasileira, a Prado Chaves & Cia., figurando na sétima posição com menos de 4% do total de café exportado no período em questão. Esta firma, fundada em 1887, reunia membros da rica e influente família Prado (Antonio, Martinho e Martinico), Antonio Elias Pacheco e Chaves e Elias Fausto Pacheco Jordão. Aliás, entre 1895-1899, de 34 firmas exportadoras de café em Santos, a Prado Chaves & Cia. ficou na trigésima posição, com pouco mais de 30 mil sacas exportadas (Marcovitch, 2009, p. 46; Fausto, 2006; RELATÓRIO ACS, 1899-1902).

<sup>37</sup> Na vila paulista de São Carlos, os irmãos Antonio, José e Candido Franco de Lacerda – filhos de José de Lacerda Guimarães – formaram, em 1874, a Lacerda & Irmãos, uma sociedade agrícola com capital de 200 contos de réis e destinada ao plantio e venda de café nas terras da Fazenda Paraizo (LACERDA & IRMÃOS, 1881).

<sup>38</sup> Em 5 de agosto de 1888, a J. F. de Lacerda & Cia. acionou judicialmente a sociedade agrícola Bento Pupo & Cia., que tinha como sede um sítio localizado na cidade paulista de Campinas. A sociedade campineira era gerenciada por Bento Pupo Nogueira e contava também com Angela Izabel Nogueira. Em 30 de junho de 1887, quando da apuração da conta corrente que a sociedade campineira mantinha na J. F. de Lacerda & Cia. em Santos, verificou-se um saldo a favor da casa comissária no valor de Rs. 5:022\$550. Este valor foi acrescido em Rs. 602\$700, em virtude dos juros de 12% cobrados pela casa comissária referentes ao período de um ano que correrá entre 30 de junho de 1887 e 30 de junho de 1888, totalizando então Rs. 5:625\$250 (CMU, 1888).

<sup>39</sup> A vila paulista de Araras, formada em 1871 do desmembramento de terras da vila de Limeira, tornou-se o centro político-econômico dos Lacerda Franco, sobretudo pelo fundamental papel exercido pelos irmãos Bento e José de Lacerda Guimarães ao doarem parte de suas terras para a formação da localidade. Uma vez constituída a vila, esta preponderância se manteve e foi estendida à posição dominante que a família Lacerda Franco teve na condução da política local, com vários de seus membros dominando uma Câmara Municipal que contava em seus primeiros anos com figuras do peso de Martinho Prado Junior. Tamanho peso político-econômico no município foi ratificado em 7 de maio de 1887, quando José de Lacerda Guimarães recebeu o título de Barão de Arary, mesma data em que seu irmão Bento de Lacerda Guimarães recebeu o título de Barão de Araras.

ta em 1886, proporcionava acesso a uma elevada oferta do produto para ser exportado. Considerando que neste momento as casas exportadoras estrangeiras ainda não haviam estreitado sua relação com os fazendeiros, o que se daria, sobretudo, na década seguinte,<sup>40</sup> a formação de uma rede de negócios com importantes membros do grande capital cafeeiro no Oeste Paulista foi de extrema relevância à firma dos Lacerda Franco. Um exemplo está nas relações com o coronel João Baptista de Mello Oliveira,<sup>41</sup> grande proprietário de terras na região de Rio Claro, além de político do Partido Republicano Paulista e acionista de diversas empresas, cujos sobrinhos, Justiniano e Elisa Whitaker de Oliveira, casados com Candida e Candido Franco de Lacerda, respectivamente, eram genro e nora de José de Lacerda Guimarães.<sup>42</sup> Esta rede explica porque, em 1885-1886, Justiniano Whitaker de Oliveira, irmão do coronel João Baptista, recebeu aquela que foi a maior quantia emprestada por José de Lacerda Guimarães através da J. F. de Lacerda & Cia., no valor de Rs. 51:739\$000, empréstimo que foi endossado pelo coronel João Baptista (CONTAS CORRENTES JLG, 1883-1893).

Operando na compra (Oeste Paulista) e venda (Santos) do café no Brasil e, através de filial estrangeira, fazendo parte do circuito de exportação da rubiácea, a J. F. de Lacerda & Cia. habilitou-se a estar na ponta final da cadeia de comercialização do café, onde se localizavam as maiores cotações do produto e, por conseguinte, os maiores lucros. Aliás, agregar a função exportadora aos negócios era tarefa hercúlea, pois demandava uma ampla escala e controle dos negócios, necessários para articular as operações comerciais de longa distância. Além disso, fazia-se imperativo ter acesso a fontes de financiamento para adquirir grande volume de café no Brasil, a fim de ser exportado e armazenado com vistas a vendas futuras, quando as cotações do produto fossem ascendentes.

Através da conta corrente de José de Lacerda Guimarães, cafeeicultor e um dos sócios da J. F. de Lacerda & Cia., notamos o movimento sincrônico entre a formação de sete novos bancos na Província de São Paulo durante a década de 1880, totalizando dez bancos comerciais,

<sup>40</sup> (Saes, 1986, p. 142).

<sup>41</sup> Os pais de Justiniano e João Baptista de Mello Oliveira foram: o coronel José Estanislau de Oliveira, nascido em São Paulo em 1803, e falecido em Rio Claro em 1884, com 81 anos, e Elisa de Melo Franco, nascida em Goettingen, Alemanha, em 1806, e falecida em Rio Claro em 1891, com 85 anos. Seus pais foram os primeiros Barões de Araraquara e segundos Viscondes de Rio Claro (<http://www.arruda.botelho.nom.br/txtAscendenciaCondessa.htm>).

<sup>42</sup> (Saes, 1986, p. 79).

e a expansão das atividades da casa comissária e exportadora dos Lacerda Franco, que intermediava o crédito ao fazendeiro, levantando capitais junto às casas bancárias e emprestando a juros mais elevados aos produtores rurais correntistas da comissária (Hanley, 2005, p. 48). Nas demonstrações financeiras da J. F. de Lacerda & Cia. para os anos de 1879/1880 e 1880/1881, José de Lacerda Guimarães consta no passivo da casa com duas rubricas: *Conta Caixa Filial* (Rs. 384\$940) e *Conta English Bank of Rio de Janeiro* (Rs. 418:464\$500).<sup>43</sup> No decorrer da década de 1880, a ampliação das fontes de crédito institucional é denotada pelos diversos empréstimos que José fez em diferentes bancos no período de setembro de 1885 a agosto de 1886: 9 operações junto ao Banco Mercantil de Santos (Rs. 22:354\$016); 4 operações junto ao The New London and Brazilian Bank (Rs. 56:374\$000); 3 operações junto à Caixa Filial do Banco do Brasil em São Paulo (Rs. 19:232\$000); 1 junto ao Banco Comercial de Santos (Rs. 10:000\$000); e 1 junto à Casa Bancária da Província de São Paulo (Rs. 2:000\$000).<sup>44</sup> O capital familiar, agregado ao crédito institucional, dava a base financeira que permitia o fluxo de negócios da firma no Brasil e na França. Dessa forma, a J. F. de Lacerda & Cia alcançou o topo da exportação de café em Santos, concorrendo com a maioria de casas estrangeiras, que contavam com acesso ao crédito de suas matrizes e bancos na Europa e Estados Unidos.<sup>45</sup>

Ao galgar postos na comercialização do café, com a liderança da J. F. de Lacerda & Cia., os Lacerda Franco consolidaram sua posição como membros do grande capital cafeeiro, não mais se prendendo à lavoura como base exclusiva para formação de seus lucros.<sup>46</sup> A casa comissária e exportadora, o principal investimento familiar, expressa as diretrizes econômicas dos Lacerda Franco no complexo cafeeiro

<sup>43</sup> (BALANÇO PATRIMONIAL J. F. DE LACERDA & CIA., 1879-1881).

<sup>44</sup> (NOTAS BANCÁRIAS JLG, 1885-1886). O facilitado acesso ao crédito institucional por parte de José de Lacerda Guimarães pode ser explicado, pelo menos em parte, pelo fato de ele ser um comerciante registrado na Junta Comercial do Rio de Janeiro desde 21 de outubro de 1881 (JLG CARTA COMERCIANTE, Rio de Janeiro, 1881).

<sup>45</sup> Um exemplo da atuação de uma casa exportadora estrangeira no Brasil é o da alemã Theodor Wille & Cia., cujo capital vinha da matriz em Hamburgo e das fortes ligações financeiras com o *Brazilianische Bank für Deutschland*, também daquela cidade. Além disso, Theodor Wille era acionista do Banco Anglo-Alemão e do London & Hanseatic Bank. Na década de 1880, a casa exportadora Theodor Wille & Cia. tinha representações na Áustria, Itália, cobrindo pouco tempo depois os países mediterrânicos e o Egito (Morales, 1988, p. 57-82).

<sup>46</sup> Segundo Cano (1981, p. 70-71) “Eram poucos os fazendeiros que também exerciam as demais atividades, e a maior ocorrência de casos em que ele exercia mais de uma, se limitava até o serviço de comissariar os negócios cafeeiros, dado que o capital externo praticamente controlava a exportação de café”.

paulista da segunda metade do XIX: a preferência por empresas essencialmente familiares (*associativismo*) e a *diversificação do capital* em meio à economia cafeeira, além das redes de relacionamento formadas com outros representantes do grande capital cafeeiro no Oeste Paulista, marcas que caracterizaram os novos empreendimentos dos Lacerda Franco na economia paulista, que se valeram da expertise e dos capitais gerados pela casa comissária e exportadora.

### 5.2. *Lacerda, Camargo & Cia.: o grande capital cafeeiro no nascimento da indústria paulista*

A grande acumulação no centro do complexo econômico cafeeiro permitiu ao capital empregado na atividade-eixo desdobrar-se em capital industrial, a fim de dar vazão aos lucros do café e diversificar as fontes de investimento a partir da década de 1880 (Suzigan, 2000, p. 86; Mello, 2009, p. 83, Cano, 1981, p. 129).<sup>47</sup> O móbil da atuação dos fazendeiros em atividades industriais era a possibilidade de diversificar a fonte de seus lucros, indo além da lavoura e comercialização do café.<sup>48</sup>

Em 1887, a Lacerda, Camargo & Cia. era uma das firmas industriais que atuava no setor de bens de capital paulista – situava-se na cidade de São Paulo, na freguesia de Santa Ifigênia –, sendo composta *exclusivamente* por membros da família Lacerda Franco, dando mostras do associativismo familiar para a formação de seus empreendimentos. A firma tinha como sócios solidários Candido Franco de Lacerda e seu tio Joaquim Franco de Camargo Junior, e como sócio comanditário José de Lacerda Guimarães (pai do primeiro e cunhado do segundo) que empataram

<sup>47</sup> A conjuntura do mercado cafeeiro na década de 1880 foi extremamente favorável, pois este foi o único decênio, entre 1856 e 1900, em que a demanda mundial superou a oferta (Samper; Fernando, 2003, p. 417-419). Os preços no mercado internacional expressavam o aumento na demanda: em 1880, o preço do café importado nos Estados Unidos era de 12,5 centavos de dólar por libra-peso, cotação que subiu para 20 centavos de dólar por libra-peso no ano de 1891, em uma tendência de alta que começou em 1886 (Delfim Netto, 2009, p. 277-278).

<sup>48</sup> Segundo uma demonstração elaborada por Cano (1981, p. 138), um importador de determinado bem industrial consumido no mercado brasileiro tinha uma margem de lucro, em relação aos custos totais, de 11%. Entretanto, à medida que parte do produto passasse a ser elaborada internamente, sendo importadas apenas algumas peças ou matérias-primas, a lucratividade chegaria a 31,6%.

um capital de 500 contos de réis.<sup>49</sup> A finalidade do empreendimento era: o comércio de importação, exportação e fabrico de máquinas, aparelhos, instrumentos e materiais para todas as indústrias e para qualquer outro ramo de negócio que conviesse (CONTRATO LACERDA, CAMARGO & Cia., São Paulo, 11/06/1887).

Havia uma complementaridade entre a fabricação e a importação de máquinas, pois as matérias-primas vinham em grande parte do exterior, bem como os bens de capital (maquinário mais complexo) que eram instalados nas fundições paulistas (Marson, 2012, p. 25).<sup>50</sup> Em virtude de Joaquim Franco de Camargo Junior e José de Lacerda Guimarães também participarem como sócios da casa exportadora J. F. de Lacerda & Cia., as facilidades para a fundição dos Lacerda Franco se tornar uma casa importadora de máquinas e equipamentos industriais eram relevantes, afinal, a casa dos Lacerda Franco era a maior em seu ramo, capitalizando os sócios de ambas as empresas e fornecendo redes de relacionamento na Europa, onde a casa tinha uma filial francesa, que possibilitavam o acesso aos produtores de bens de capital e matérias-primas industriais. Este fluxo de bens industriais importados no começo da indústria nacional pode ser constatado no balanço patrimonial da Lacerda, Camargo & Cia. para o ano de 1887, em que no lado do *passivo* constava a rubrica *Conta Garantida de Robey, C.* (Londres), firma situada na capital inglesa e que se destinava à produção de vidro (BALANÇO LACERDA, CAMARGO & Cia., São Paulo, 31 dez. 1887).<sup>51</sup>

<sup>49</sup> A origem da Lacerda, Camargo & Cia. ocorreu três anos antes, em 5 de fevereiro de 1884, quando Joaquim Franco de Camargo Junior se associou ao caldeireiro suíço João Arbenz para formar a Arbenz & Cia., uma fundição que também era importadora de máquinas e que exemplifica as raízes do empresariado paulista: a expertise industrial do estrangeiro e o capital nacional vindo dos negócios cafeeiros (Dean, 1971). O suíço João Arbenz deixou a firma em 1886 e recebeu uma indenização no valor de Rs. 16:179\$240, mas que seria paga de forma integral apenas se ele finalizasse as encomendas de artigos de cobre que a firma recebera (DESISTÊNCIA JOÃO ARBENZ, São Paulo, 18/09/1886).

<sup>50</sup> Entre 1882-1887, das mercadorias importadas de forma direta através do Porto de Santos, a principal rubrica foi *ferro, aço em vergas e lâminas*, cuja importação alcançou Rs. 7.917:581\$119. Estes insumos tinham como destino as oficinas e fundições paulistas, dentre elas: Fábrica de Ferro de São João de Ypanema (Sorocaba); oficinas das ferrovias São Paulo Railway (São Paulo), Cia. São Paulo e Rio de Janeiro (São Paulo), da Cia. Paulista (Jundiaí), da Cia. Mogiana (Campinas); e as oficinas particulares da Lacerda, Camargo & Cia. (São Paulo), Lidgerwood & Cia. (Campinas), McHardy & Cia. (Campinas), Arens & Irmãos (Campinas), Viúva Faber & Filhos (Campinas) e Adolph Sidow (São Paulo) (RELATÓRIO SÃO PAULO, 1887, p. 132, 261-262).

<sup>51</sup> (<http://www.glassmaking-in-london.co.uk/WorkingPremadeGlass>).

Em 31 de dezembro de 1892, a Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, pertencente ao italiano Alexandre Siciliano, e que se tornaria a principal firma industrial de São Paulo no começo do século XX, adquiriu a Lacerda, Camargo & Cia. pelo valor de 1.100 contos de réis. A oferta que induziu os membros da família Lacerda Franco à venda foi tentadora, afinal, os ativos da firma negociada somavam Rs.: 491:567\$240 e eram compostos de: terrenos na cidade de São Paulo que se espalhavam entre o bairro de Santa Ifigênia e o Brás, fábrica, fundição, armazém, casas, máquinas, armação das oficinas, utensílios do armazém, utensílios e móveis das oficinas, modelos de madeira para fundição e caixas de ferro (LIQUIDAÇÃO LACERDA, CAMARGO & CIA, São Paulo, 1892).

### *5.3 Banco União de São Paulo (1890): os Lacerda Franco no controle do financiamento*

Novos bancos surgiram em São Paulo no início da República em virtude da legislação bancária de janeiro de 1890. Estas reformas ampliaram o mercado creditício e facilitaram a formação de sociedades anônimas, ao estabelecer a responsabilidade limitada para os acionistas das empresas e a permissão aos bancos de emissão, o que antes era facultado somente ao Banco do Brasil (Marcondes; Hanley, 2010, p. 111-112).<sup>52</sup> Em 1892, no Estado de São Paulo havia 24 bancos, sendo 20 deles criados entre 1890 e 1892 (Hanley, 2005, p. 155).

Em 31 de janeiro de 1890, Antonio de Lacerda Franco, novamente valendo-se dos capitais e da rede de relacionamento formada junto à J. F. de Lacerda & Cia., em que era sócio e gerente, uniu-se ao coronel João Baptista de Mello Oliveira (presente na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Companhia Carris de Ferro de São Paulo e no Banco do Comércio e Indústria de São Paulo), cujos sobrinhos tinham ligação com os Lacerda Franco, não olvidando que seu irmão Justiniano recebera mais de 50 contos de réis de um empréstimo junto ao The New London and Brazilian Bank intermediado pela

<sup>52</sup> Os Decretos nº 164 e 165, de 17 de janeiro de 1890, estimularam as sociedades anônimas com a possibilidade de negociar suas ações apenas com a integralização de 10% do capital subscrito pelos incorporadores. Esta medida foi revista em outubro do mesmo ano, já sob efeito da onda especulativa que começava a assolar a praça financeira do Rio de Janeiro, elevando a quota mínima de capital subscrito para 40%. Entretanto, a especulação financeira não foi detida, e o ano de 1892 marcou o auge do Encilhamento (Tannuri, 1981, p. 65).

casa comissária.<sup>53</sup> Juntos criaram o Banco União de São Paulo, que receberia em abril daquele ano a autorização governamental para seu funcionamento.<sup>54</sup> O banco União foi o único banco universal com permissão para emitir notas bancárias em São Paulo.<sup>55</sup> Sua natureza de banco universal lhe permitia realizar: atividades de crédito comercial, como, por exemplo, a provisão de empréstimos de curto prazo, descontos e câmbio; as atividades de crédito agrícola e hipotecário, como a concessão de financiamentos de longo prazo, garantidos por propriedades imobiliárias rurais ou urbanas, e adiantamentos contra colheitas futuras; crédito industrial para a construção de prédios, ferrovias, docas, melhorias portuárias, comunicações e atividades administrativas, como a propriedade e a operação de interesses industriais (Marcondes; Hanley, 2010, p. 112-113).<sup>56</sup>

Com seções comercial, hipotecária, industrial e construtora, o banco União de São Paulo tinha sua sede na capital do Estado à Rua 15 de Novembro, número 37. Possuía também uma caixa filial em Curitiba; agências nas cidades paulistas de Santos, Campinas e Rio Claro; e correspondentes no Rio de Janeiro (que coincidentemente era a casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.), no Sul (Banco Emissor do Sul e suas filiais), no interior de São Paulo (Sorocaba, Itatiba, São João da Boa Vista, Lorena, Espírito Santo do Pinhal e Jaboticabal). Emitia saques e cartas de crédito sobre suas agências e correspondências (SÃO PAULO, 1891, p. 206). Entretanto, o que di-

<sup>53</sup> Os negócios de Antonio de Lacerda Franco a frente da J. F. de Lacerda & Cia. foram de suma importância à construção de uma rede de captação e concessão de crédito de que se valeu para formar o capital de sua casa bancária, uma vez que conhecia quem necessitava de empréstimos e, ao mesmo tempo, os detentores de riqueza dispostos a adentrar em um recém-criado banco que rapidamente se tornou o maior dentre as instituições bancárias criadas em São Paulo no início da República. Aliás, José de Lacerda Guimarães, tio e sócio de Antonio na casa comissária e exportadora, em carta de 1895, acusava-o de desviar dinheiro da J. F. de Lacerda & Cia. para a formação do Banco União de São Paulo (CARTA JLG, 1895).

<sup>54</sup> Grande parte das informações adiante sobre o Banco União de São Paulo vêm de duas fontes: (Gallas; Gallas, 2008, p. 257-258) e (Hanley, 2005, p. 130-155).

<sup>55</sup> A atuação do banco União de São Paulo como casa bancária emissora não se prolongou.

O banco foi fundado com uma capitalização máxima de 60 mil contos de réis e com direito de emitir até 24 mil contos de réis. Porém, quando estourou a crise do Encilhamento, entre 1890-1892, o União de São Paulo só emitira 10 mil contos de réis em notas próprias que chegaram a circular nacionalmente. Com o Encilhamento, a alta da inflação e a especulação financeira, houve boatos sobre a pouca receptividade do Governo Federal em relação às notas vindas dos bancos emissores. Até que, em 1893, foi revogada a prerrogativa dos bancos emissores (Hanley, 2005).

<sup>56</sup> Outros dois bancos universais foram criados em São Paulo: o Banco de Santos e o Banco de Crédito Real, entretanto, o União de São Paulo foi o maior dentre eles. Sua diferença de atuação em relação aos bancos comerciais estava em divergir do foco das atividades empreendidas pelas casas bancárias comerciais rotineiramente: o mercado de crédito de curto prazo (Marcondes; Hanley, 2010, p. 105).

ferenciava o União de São Paulo era a condição de banco com atuante carteira industrial, que absorvia grande parte de seus investimentos e que cresceu com o passar do tempo (Hanley, 2005, p. 151).<sup>57</sup>

O banco União era uma sociedade por ações presidida por Antonio de Lacerda Franco (senador estadual em 1892, e que chegou ao senado federal no período entre 1924 e 1930; membro da comissão executiva do PRP entre 1901-1906 e 1914-1927) e outros membros do grande capital cafeeiro que, além de robustos economicamente, tinham grande influência política no Partido Republicano Paulista (PRP), evidenciada pelos nomes que foram eleitos para a primeira diretoria do banco em 4 de maio de 1890: João Baptista de Mello Oliveira (um dos fundadores do PRP e senador estadual entre 1892-1903, vice-governador de São Paulo entre 1904-1908); Joaquim Lopes Chaves (senador estadual em 1894 e 1901 e cunhado de Américo Brasiliense); Antonio Paes de Barros (senador estadual em 1903, filho do Barão de Piracicaba e sobrinho do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar); Bento Quirino dos Santos (vereador por São Paulo e presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro); João Tobias de Aguiar e Castro (senador estadual em 1892, filho da Marquesa de Santos e do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar); e Vitoriano Gonçalves Camilo. Este peso político-econômico possibilitou ao União de São Paulo aparecer como o detentor do maior ativo, com 112.000 contos de réis, entre os bancos paulistas em 1892 (Hanley, 2005, p. 155).

---

<sup>57</sup> O banco União de São Paulo abandonou a intermediação financeira em 1906 e se fixou em seu portfólio industrial, cujo principal investimento foi um complexo têxtil localizado ao lado de Sorocaba, que contava com usina hidrelétrica própria, ferrovia, vila de operários, fornos de cal e outras benfeitorias que constituíam a Fábrica Têxtil Votorantim, a segunda maior fábrica de São Paulo em 1917, ano em que, com a falência do banco União, foi adquirido em leilão por Francisco Scarpa e Antonio Pereira Ignacio, o fundador do atual Grupo Votorantim.



**Tabela 4 - Os maiores bancos paulistas e o tamanho de seus ativos, 1890-1892 – valor nominal dos ativos em contos de réis**

BANCO	FUNDAÇÃO	CIDADE	ATIVO (contos de réis)
Banco União de São Paulo	1890	São Paulo	112.000
Banco de Crédito Real/Banco Comercial	1882/1886	São Paulo	65.000
Banco dos Lavradores	1890	Campinas	39.000
Banco do Comércio e Indústria de São Paulo	1890	São Paulo	34.000
Banco de São Paulo	1890	São Paulo	29.000
Banco do Brasil/Banco Construtor e Agrícola	1856/1890	São Paulo	21.000
Banco Mercantil de Santos	1872	Santos	21.000
Banco de Santos	1890	Santos	12.000
Banco União de São Carlos	1892	São Carlos	11.400
Banco Melhoramentos de São Paulo	1890	São Paulo	9.000

Fonte: Hanley (2005, p. 155).

## 6. Considerações finais: a riqueza se dinamizou (1897)

Acompanhando a trajetória de acumulação da família Lacerda Franco durante todo o século XIX, notamos que o associativismo, a base econômica no Oeste Paulista e a rede de relacionamentos formada a partir daquela região, foram elementos-chave para que houvesse uma dinamicidade no processo de evoluir econômico familiar que se deu em três fases.

As origens remontam ao início dos oitocentos, nas terras próximas da cidade de São Paulo, com atividades voltadas ao mercado interno (cultura de mantimentos, criação e comércio de animais, aguardente) e se estendem até a década de 1820, marcada pelo deslocamento de Joaquim Franco de Camargo às terras do Oeste Paulista. Por volta de 1850, Joaquim havia se tornado grande proprietário de escravos e lavouras, primeiro a açucareira e, por volta de 1850, elas haviam se convertido em cafezais. Seu êxito na fronteira atraiu membros da família (os irmão Bento e José de Lacerda Guimarães) que, no afã de se tornarem igualmente proprietários de terras, repetiram sua trajetória, só que agora respaldados pelo cabedal familiar.

A partir deste ponto, o associativismo manifestou-se de forma clara nas escolhas econômicas dos Lacerda Franco. Com o fito de aumentar ainda mais sua riqueza e a amplitude de seus negócios, a lógica do associativismo familiar levou à constituição de sociedades que contavam prioritariamente com parentes, estratégia que possibilitou vencer a escassez de crédito e de um sistema bancário na economia paulista. Inicialmente, houve a formação de sociedades agrícolas. Depois, os Lacerda Franco alcançaram o topo da exportação do café em Santos, com a casa J. F. de Lacerda & Cia. Essa estratégia do associativismo foi replicada na Lacerda, Camargo & Cia., firma industrial que representou a possibilidade de continuar a diversificação dos ganhos e obtenção de grandes retornos em curto espaço de tempo. Os capitais, rede de relacionamento e expertise gerada à frente do principal investimento familiar, a casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia., tiveram, da mesma forma, relevância na formação do Banco União de São Paulo, a única sociedade acionária analisada e que foi o maior banco paulista de investimentos industriais.

**Tabela 5 - Riqueza inventariada do Barão de Arary e sua distribuição, 1897 – valores em réis (Rs.) e percentuais (%)**

BENS	Réis (Rs.)	% em relação à riqueza bruta
Imóveis na Cidade de São Paulo	485.525.160	8,3
Fazenda Montevidéo (Araras-SP)	332.160.800	5,7
Benfeitorias Fazenda Montevidéo	478.148.000	8,1
Cafezais Fazenda Montevidéo	983.290.200	16,7
Animais Fazenda Montevidéo	24.935.000	0,4
Outros Imóveis em Araras-SP	46.389.000	0,8
Terras em Ibitinga-SP	285.000	0
Jóias	5.085.000	0,1
Ações de Bancos e Companhias	2.430.505.500	41,4
Dívidas Ativas	953.582.906	16,2
Dinheiro	136.711.346	2,3
<b>RIQUEZA BRUTA</b>	<b>5.876.617.912</b>	<b>100</b>
<b>MEAÇÃO</b>	<b>2.899.228.532</b>	<b>50</b>
<b>LEGÍTIMA</b>	<b>223.017.579</b>	<b>3,8</b>

Fonte: INVENTÁRIO BARÃO DE ARARY (1897).

Obs.: os valores referentes ao mobiliário existente nas propriedades do Barão de Arary, tanto na cidade de São Paulo quanto no município paulista de Araras, estão inclusos na soma dos valores dos imóveis nestas localidades.

Por fim, concluímos que a dinamicidade da riqueza em São Paulo caminhou ao par com a transição rumo ao capitalismo e suas formas de acumulação. Ao final do século XIX, findado o regime escravista, com a intensa valorização fundiária – no interior para formar cafezais e na capital para construir a morada dos endinheirados – e com a difusão das sociedades por ações (bancos, ferrovias e indústrias) na economia paulista, a riqueza de José de Lacerda Guimarães, o Barão de Arary, concentrava-se em papéis de empresas,<sup>58</sup> imóveis na capital paulista e cafezais no interior. O montante de sua riqueza bruta o coloca entre os maiores proprietários paulistas do final do século XIX, sendo que a sua trajetória de enriquecimento espelha a própria dinâmica da acumulação paulista no período: grandes famílias, apoiadas em suas estratégias de investimento, que levaram São Paulo das atividades internas ao complexo exportador capitalista.

## Referências

### Fontes documentais

#### Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

MP ATIBAIA. *Maços de População da vila de Atibaia (SP), 1803-1842.*

MP JUNDIAÍ. *Maços de População da vila de Jundiá (SP): 1803-1842.*

MP LIMEIRA. *Maços de População da vila de Limeira (SP): 1835.*

MP MOGI MIRIM. *Maços de População da vila de Mogi Mirim (SP): 1818-1820.*

REGISTRO TERRAS LIMEIRA. *Registro de Terras da vila de Limeira (SP): 1855.* REGISTRO TERRAS RIO CLARO. *Registro de Terras da vila de Rio Claro (SP): 1855.*

#### Arquivo Nacional (Rio de Janeiro-RJ)

CONTRATO SOCIAL J. F. LACERDA & Cia., Rio de Janeiro, 1884. O contrato foi assinado no município de Araras (SP). 1884.

DESISTÊNCIA JOÃO ARBENZ. São Paulo, 18 set. 1886.

CONTRATO LACERDA, CAMARGO & Cia. São Paulo, 11 jun. 1887.

#### Associação Comercial de Santos-SP (ACS)

RELATÓRIO ACS. *Relatório da Associação Comercial de Santos (ACS).* Santos, 1886; 1899-1902.

<sup>58</sup> As empresas nas quais José de Lacerda Guimarães tinha participação acionária eram: Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, Banco União de São Paulo, Banco de Santos, Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, Companhia Estrada de Ferro do Muzambinho, Companhia Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro, Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, Companhia Fabril Paulistana, Companhia Lacerda e Companhia Paraná Industrial.

## **Cartório do Segundo Ofício de São Paulo (Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo)**

INVENTÁRIO BARÃO DE ARARY. *Inventário de José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary)*. Processo 226/1897, Pacote 1447/1897.

## **Centro de Memória da UNICAMP (CMU/UNICAMP)**

CMU, 1888. *Cobrança da casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia. contra a sociedade agrícola Bento Pupo & Cia.* Campinas, 1888.

JUNDIAÍ, Tribunal de Justiça de. *Inventário de Antonio de Lacerda Guimarães*. Jundiaí, 1853.

JUNDIAÍ, Tribunal de Justiça de. *Inventário de Dona Maria Franco*. Jundiaí, SP: 1861.

## **Fazenda Montevideo (Araras-SP)**

BALANÇO PATRIMONIAL da casa comissária J. F. de LACERDA & Cia. para os anos de 1879-1880 e 1880-1881. Santos, SP.

BALANÇO LACERDA, CAMARGO & CIA. São Paulo, 31 dez. 1887.

CONTAS CORRENTES JLG. *Contas Correntes de José de Lacerda Guimarães (Barão de Arary) na casa comissária e exportadora J. F. de Lacerda & Cia.* Santos, 1883-1893.

CARTA JLG. *Negócio pouco sério com o senador Lacerda Franco*. 1895

JLG CARTA COMERCIANTE. *Carta de comerciante matriculado na Junta Comercial do Império do Brasil concedida à José de Lacerda Guimarães*. Rio de Janeiro, 1881.

LACERDA & CIA. *Contrato social da casa comissária de café Lacerda & Cia. traduzido do original em francês. Havre (França)*, 1884.\_

LIQUIDAÇÃO LACERDA, CAMARGO & CIA. *Conta de liquidação da firma industrial Lacerda, Camargo & Cia.* São Paulo, 31 jan. 1892.

NOTAS BANCÁRIAS JLG. *Recibos de quitação de empréstimos tomados por José de Lacerda Guimarães e pagos pela casa J. F. de Lacerda & Cia.* Santos, 1885-1886.

## **Fazenda Paraizo (São Carlos-SP)**

LACERDA & IRMÃOS. *Contrato social da sociedade agrícola Lacerda & Irmãos, 1874*. Araras-SP.

## **Bibliografia Citada**

ALMEIDA, N. M. *Álbum de Araras: documento histórico, geográfico, e ilustrativo do município de Araras*. Araras, SP: Odeon, 1948.

BACELLAR, C. A. P. *Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, 1991.

\_\_\_\_\_. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1997.

BUSCH, R. K. *História de Limeira*. Limeira, SP: Prefeitura Municipal, 1967.

CAMPOS, A. L. A. *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

- CANABRAVA, A. P. *A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818*. Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 2, nº 6, p. 77-129, dez. 1972.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. T. A. Queiroz, 1981.
- COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2007a.
- COSTA, A. P. P. *Trajetórias e carreiras militares no contexto do Império português: promoções e conflitos nos atos eleitorais para postos dos Corpos de Ordenanças, comarca de Vila Rica, 1735-1777*. Revista Espaço Acadêmico, n.68. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/068/68costa.htm>. jan. 2007b.
- CRESSONI, F. E. *Fazenda Montevidéu: barões, escravos e imigrantes na formação do Oeste Paulista*. Araras, SP: Gráfica Topázio, 2007.
- DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
- DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Campinas, SP: Facamp/ Editora da UNESP, 2009
- EISENBERG, P. L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989.
- FAUSTO, B. “*Expansão do café e política cafeeira*” In: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GALLAS, O. G.; GALLAS, F. D. *A casa da moeda de São Paulo: a primeira do Brasil e os meios de pagamento emitidos nessa cidade*. São Paulo: Ed. do Autor, 2008.
- HANLEY, A. G. *Native capital: financial institutions and economic development in Sao Paulo, Brazil, 1850-1920*. Stanford, Calif.: Stanford University, 2005.
- HOLANDA, S. B. *Monções*. Rio de Janeiro, C. E. B., 1945.
- LAEMMERT, E. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Henrique Laemmert, 1882 e 1889 ([http://objdigital.bn.br/acerervo\\_digital/div\\_periodicos/almanak/almanak.htm](http://objdigital.bn.br/acerervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm)).
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- MALUF, M. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARCÍLIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.
- MARCONDES, R. L. *O financiamento hipotecário da cafeicultura no vale do Paraíba paulista (1865-87)*. Rev. Bras. Econ., Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, Mar. 2002 .
- MARCONDES, R. L.; HANLEY, A. G. *Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901)*. Estud. Econ., São Paulo, v. 40, n. 1, Mar. 2010.
- MARCOVITCH, J. *Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil, v. 1*. São Paulo: EDUSP: Editora Saraiva, 2009.
- MARQUESE, R.; TOMICH, D. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (org.). O Brasil imperial, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MARSON, M. D. *Origens e evolução da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1960*. São Paulo: FEA/USP, 2012, tese de doutorado.
- MATTHIESEN, A. J. *Resgatando elos da memória*. Araras, SP: Gráfica Topázio, 2010.

- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: Facamp/Editora da UNESP, 2009.
- MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil*. 4. ed. São Paulo; [Brasília]: HUCITEC: INL, 1982.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis. 1984.
- MORAES, M. L. P. M. *Atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil, 1844-1918*. São Paulo: FFLCH/USP, 1988, tese de doutorado.
- NOGUEROL, L. P. F. *Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2003.
- PEREIRA, M. A. F. *Comissário de café no porto de Santos: 1870-1920*. São Paulo: FFLCH/USP, 1980, dissertação de mestrado.
- PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.
- PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel, 1968.
- \_\_\_\_\_. *O desprezado "ciclo do açúcar" paulista*. In: ODALIA, N.; CALDEIRA, J. R. C. História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista, v. 2, República. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado, 2010.
- RELATÓRIO SÃO PAULO. *Relatório apresentado ao Presidente da República de São Paulo pela Comissão Central de Estatística*. São Paulo: Typographia King, 1887.
- SAES, F. A. M. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986a
- \_\_\_\_\_. *Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900*. In: SZMRECSÁNYI, T.; LAPA, J. R. A. (orgs.). História Econômica da Primeira República. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial, 2002.
- SAMPER, M.; FERNANDO, R. *Historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960*. In: The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989. Coautoria de W. G. Clarence-Smith, Steven Topik. Cambridge, UK; New York: Cambridge Univ. Press, 2003.
- SÃO PAULO. *Almanach do Estado de São Paulo para o ano de 1891*. São Paulo: Companhia Industrial de São Paulo, 1891.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1995.
- SILVEIRA, M. C. *Imigração italiana em Limeira-SP: terra, política e instrução escolar*. Campinas, SP: Faculdade de Educação/Unicamp, 2007, dissertação de mestrado.
- SUPRINYAK, C. E.; RESTITUTTI, C. C. *Os muares e as Minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX*. Diamantina, MG: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006 ([http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2006/D06A034.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A034.pdf)).
- SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Hucitec/ Ed. Unicamp, 2000.
- TANNURI, L. A. *O Encilhamento*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- TAUNAY, Afonso d'E. *História do café no Brasil, volume oitavo, Brasil Imperial 1872-1889, tomo VI*. Rio de Janeiro: D.N.C., 1939.
- TOSI, P. G.; FALEIROS, R. N.; FONTANARI, R. *Modalidades e Hierarquias do Crédito na Cafeicultura Paulista (1889-1930)*. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 65 n. 4, p. 401-412, out-dez 2011.